

**AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.833.275 - CE (2019/0249529-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO JORGE MUSSI**  
**AGRAVANTE** : FELIPE WANDERLEY CAPELO  
**ADVOGADOS** : PAULO NAPOLEÃO GONÇALVES QUEZADO - CE003183  
JOÃO MARCELO LIMA PEDROSA - CE012511  
FRANCISCO VALDEMÍZIO ACIOLY GUEDES - CE012068  
RENAN BENEVIDES FRANCO - CE023450  
**AGRAVADO** : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

**EMENTA**

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. DESCAMINHO. CONDENAÇÃO TRANSITADA EM JULGADO. REVISÃO CRIMINAL. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INOVAÇÃO RECURSAL.

1. A alegação de atipicidade da conduta por incidência do princípio da insignificância configura indevida inovação recursal, haja vista que não arguida no momento oportuno, isto é, nas razões do recurso especial, onde a parte se limitou a impugnar aspectos relacionados à dosimetria penal.

2. É descabido o uso do agravo regimental para acrescentar à pretensão defensiva fundamentos não suscitados oportunamente no recurso especial. Precedentes.

DOSIMETRIA PENAL. PENA-BASE. CIRCUNSTÂNCIAS E CONSEQUÊNCIAS DO CRIME. VALORAÇÃO NEGATIVA. EXASPERAÇÃO. CONFISSÃO ESPONTÂNEA. ATENUANTE. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA.

1. A instância ordinária não emitiu nenhum juízo de valor acerca do conteúdo normativo dos arts. 59 e 65, III, *d*, do Código Penal, que a defesa considerou contrariados nas razões do recurso especial interposto.

2. A ausência de prequestionamento da matéria recorrida perante o Tribunal de origem é fator que inviabiliza o conhecimento da pretensão recursal, sob pena de indevida supressão de instância. Incide ao caso, por analogia, o óbice da Súmula n. 356/STF. Precedentes.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas

# *Superior Tribunal de Justiça*

a seguir, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental.

Os Srs. Ministros Reynaldo Soares da Fonseca, Ribeiro Dantas, Joel Ilan Paciornik e Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

**MINISTRO JORGE MUSSI**  
**Relator**